

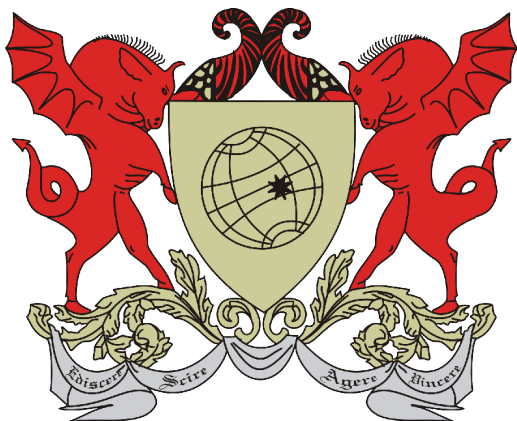
GEOGRAFIA E CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO

Leonardo Civale



Curso de Licenciatura
em História





Universidade Federal de Viçosa

Reitora

Nilda de Fátima Ferreira Soares

Vice-Reitor

Demetrius David da Silva

cead

Coordenadoria de
Educação Aberta e a Distância

Diretor

Frederico Vieira Passos

*Prédio CEE, Avenida PH Rolfs s/n
Campus Universitário, 36570-000, Viçosa/MG
Telefone: (31) 3899 2858 | Fax: (31) 3899 3352*

CIVALE, Leonardo. **Geografia e Construção de Espaço**. Viçosa, 2012.

Layout: Diogo Rodrigues

Edição de imagens e Editoração Eletrônica: Diogo Rodrigues

Capa: Diogo Rodrigues

Revisão Final: João Batista Mota



Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV

C582g 2012	Civale, Leonardo, 1962- Geografia e construção do espaço [recurso eletrônico] / Leonardo Civale. – Viçosa, MG : UFV/CEAD, 2012. 37p. : il. (algumas col.) ; 29cm. (Conhecimento, ISSN 2179-1732 ; n.7) Livro eletrônico. Bibliografia: p. 37. 1. Geografia. I. Universidade Federal de Viçosa. Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância. II. Título. CDD 22. ed. 910
---------------	---

SUMÁRIO

- 4 INTRODUÇÃO**
- 6 A SOCIEDADE E SUAS FORMAS DE ESPAÇO NO TEMPO**
- 8 AS FORMAS DA GEOGRAFIA E DO TRABALHO DO GEÓGRAFO NO TEMPO**
- 11 CONCEITO DE REGIÃO**
- 19 O TERRITÓRIO**
- 22 ESPAÇO, UM CONCEITO-CHAVE DA GEOGRAFIA**
- 24 MAPAS**
- 27 O PROBLEMA DA ESCALA**
- 30 ORIGENS DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO BRASIL:
MEIO TROPICAL, ESPAÇOS VAZIOS E A IDÉIA DE ORDEM (1870-1930)**
- 37 REFERÊNCIAS**



Introdução

Os textos utilizados no curso de Geografia e Construção do Espaço foram escolhidos tendo como objetivo principal desconstruir a visão do senso comum do espaço como algo dado, fixo ou imutável. Para o pensamento geográfico contemporâneo o espaço não pode ser entendido como a superfície física estática de um determinado lugar. O espaço é o resultado da atividade humana e, portanto, carrega em si mesmo uma história. O espaço tem uma historicidade. Ele é móvel e contingente, como toda a realidade social.

Essa forma de abordagem visa compreender o espaço como um local de encontro, um local de cruzamento de várias trajetórias, um local onde a existência humana se manifesta. A realidade social que interessa para a geografia é aquela que é o resultado do encontro de incontáveis trajetórias pessoais. Tal perspectiva aposta no entendimento do espaço como uma realidade mais densa, que ultrapassaria em muito o conjunto de elementos que compõem uma simples paisagem.

Dentro dessa ótica, o espaço intermediaria os entendimentos do mundo, as atitudes frente aos outros e as diferentes visões de mundo. O espaço afetaria o modo como entendemos o atual processo de globalização, da mesma forma que influiria na maneira como vemos e sentimos os lugares. Os homens não podem viver sem dar sentido àquilo que os cerca. Sua preocupação não é somente satisfazer as suas necessidades e assegurar a transmissão do que sabem às futuras gerações.

Toda a sociedade exprime a sua marca sobre o espaço e, como contrapartida, o espaço aparece como uma manifestação ou expressão da sociedade. O espaço é o lugar onde se efetiva a possibilidade da existência de uma convivência social múltipla sem restrições, com trocas de experiências e costumes. Os diferentes lugares não negam a própria condição do outro, mas antes favorecem e consolidam a possibilidade do encontro, do fortalecimento dos laços de amizade e solidariedade.

A bibliografia não foi selecionada ao acaso, ela representa a necessidade de aprofundamento da discussão de cada um dos assuntos propostos. Os assuntos são na verdade, a história da ciência geográfica, os seus conceitos fundamentais e os instrumentos que a auxiliam na construção de uma abordagem específica sobre a realidade. Justamente aquilo que possibilita a construção de um olhar geográfico sobre a realidade.

Alguns desses textos tratam de conceitos fundamentais, como região, espaço, território e escala. Outros se debruçam sobre a história da geografia, o papel do geógrafo nos diferentes contextos, a importância dos mapas e as origens do pensamento geográfico no Brasil. Todos, porém, representam a contribuição da ciência geográfica ao entendimento da realidade que nos cerca.

Os textos propostos foram extraídos de uma bibliografia geral que serviu de apoio para o curso e visam aprofundar os temas trabalhados. No livro *Geografia: Conceitos e Temas*, organizado por Iná Elias Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa, encontramos a reflexão sobre os conceitos da geografia e a história dessa ciência no Brasil.

No livro *Geografia e Modernidade*, de Paulo Cesar da Costa Gomes, encontra-se uma discussão rica e profunda sobre a produção do pensamento geográfico ao longo de toda a sua história no ocidente. O livro propõe uma reflexão sobre a modernidade ocidental e a construção da geografia enquanto um saber fundamental para o estabelecimento e a compreensão da realidade social.

O texto de Yves Lacoste "A Geografia: isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra" é um marco na produção do pensamento geográfico. Nele o autor renovou o pensamento geográfico na França dos anos 70 e denunciou a geografia



escolar da época como uma disciplina cujo objetivo principal era a memorização e a aceitação de hipóteses anacrônicas. Teses como o nacionalismo e o determinismo geográfico impediam que o pensamento geográfico encarasse o espaço como um lugar socialmente construído.

O livro *"Pelo Espaço"*, de autoria de Doreen Massey, nasce como um clássico. Trata-se de uma reflexão profunda sobre o espaço. A autora mostra como o espaço não deve ser encarado como uma realidade fixa, mas sempre como um local em permanente construção. Para ela o espaço é o lugar do único. O espaço é o lugar onde as trajetórias se encontram.

O livro de Rui Moreira, *"Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico"*, é um passeio sobre o pensamento geográfico e suas realizações e contradições ao longo da história ocidental e da história do Brasil. Nele, é possível fazer uma viagem filosófica sobre o pensamento geográfico na Europa e no Brasil, e se debruçar sobre os caminhos e os descaminhos da história do pensamento geográfico no Brasil.

Portanto, o curso que propomos é uma verdadeira aventura: uma autêntica viagem, em que se pode acompanhar a trajetória de um saber ancorado a uma realidade fixa e imutável a uma forma de saber que compreende o espaço como algo móvel, histórico e dinâmico.

A Sociedade e suas Formas de Espaço no Tempo

Vamos começar falando sobre as várias formas que as diferentes sociedades organizam o seu espaço. A geografia se assemelha a uma janela aberta para o mundo. É isso que o conhecimento geográfico pode ser: uma janela para o mundo. Uma ponte a nos conectar com o espaço e o tempo.

Quando falamos do tempo imagino que todos saibam ao que estou me referindo. As horas, os minutos, os segundos. Os dias, os meses e os anos não nos permitem esquecer que o tempo passa. O tempo passa bem rápido quando estamos nos divertindo com os nossos entes queridos e, infelizmente bem devagar quando o nosso time está ganhando e o juiz insiste em não terminar o jogo ou ainda quando estamos loucos para sair do trabalho e encontrar aquela pessoa que nos espera. Nesses casos o tempo parece uma eternidade.

Mas e quando falamos do espaço, a que estamos nos referindo? É só a distância entre a nossa casa e o local de trabalho? Resume-se apenas ao espaço a ser percorrido entre um bairro e outro, ou entre duas cidades?

Quando falamos de espaço estamos nos referindo a tudo aquilo que nos cerca e, evidentemente, também ao lugar onde vivemos: as matas, os campos cultivados, as estradas, as cidades, as ruas, as casas. Nesse caso, tudo pode ser entendido como espaço.

Quando temos a oportunidade de viajar observamos pela janela do carro ou do ônibus que as paisagens vão se transformando ao longo do espaço. Quando apreciamos as fotos nos livros e nas revistas ou na internet ou quando vemos a TV não é difícil perceber que o mundo em que vivemos é composto por uma imensa variedade de paisagens. Vemos então que o espaço geográfico é composto por inúmeras áreas, distintas umas das outras.

Assim, quando nos deslocamos no espaço percebemos que ele se multiplica em várias paisagens distintas? Mas e se pudéssemos nos deslocar no tempo? E se pudéssemos, como nos filmes de ficção científica, viajar pelo tempo da mesma forma que viajamos pelo espaço? E se de repente um gênio da lâmpada nos conferisse o poder de viajar através do tempo? Poderíamos ir para o passado e o futuro ao nosso bel prazer. Claro que se não envelhecêssemos, talvez fosse melhor ainda. O que aconteceria com o espaço que nós habitamos? Será que ele sempre foi como é agora? Ou será que ele também se transformou ao longo do tempo? Será que nossa rua, nosso bairro, nossa cidade sempre foi da forma como vemos agora ou ela esses lugares se modificaram ao longo do tempo? Será que a sociedade em que vivemos sempre organizou o espaço dessa maneira ou ele vem se modificando de acordo com os diferentes interesses que existem dentro dela?

Basta parar para pensar um pouco e todos, mesmo aquelas pessoas mais simples, são capazes de perceber que o tempo modela o espaço. Todos são capazes de ver que existem fortes interesses que transformam o espaço em nossa volta. Todos podem ver que tais interesses constroem e destroem tudo a nossa volta. O tempo histórico produz diferentes formações geográficas. Portanto, essas formações geográficas não passam de produto dos diferentes tempos históricos. A organização territorial que vivemos ou aquela que outros viveram ou mesmo aquela que tantos outros viverão ao longo da História, não é o resultado de forças da natureza. Ela foi, é e sempre será construída pelo homem. Cada civilização, por sua vez, cria, sempre criou e difundiu a sua paisagem.

O tempo pode ser dividido em vários espaços. O primeiro espaço era deter-



minado pelo controle do fogo e da agricultura. Através do controle do fogo o homem aprendeu a controlar o meio e a dominar os territórios. Ela se espalhou por todos os ambientes terrestres. No entanto, foi com a agricultura que o homem organizou o seu território. É da combinação do fogo com a agricultura que o homem se tornou sedentário e organizou o seu território.

O segundo espaço é o espaço da técnica. A produtividade se elevou com o aperfeiçoamento da técnica. Esse aperfeiçoamento deu origem ao excedente de produção, ou seja, como incremento da técnica o homem tornou-se capaz de produzir mais do que aquilo que ele necessitava para sobreviver. Essa transformação não é pequena. Ela produziu inevitavelmente a divisão do trabalho e com a divisão do trabalho o homem produziu o maior artefato cultural de todos os tempos: as cidades. No entanto, nessa época, em função da preponderância da agricultura, a cidade ainda respirava o ar do campo. A cidade ainda tinha que se submeter à sazonalidade do campo.

O terceiro espaço é marcado pela divisão social do trabalho e pela ampliação da produção do excedente. No mundo ocidental as paisagens ganham um arranjo sócio ecológico dos feudos. A paisagem organizada em feudos se apresentava com o território arrumado em anéis concêntricos e todo o conjunto era dominado pelo senhor feudal.

No quarto espaço ocorreu uma revolução nas técnicas de produção e as trocas comerciais se intensificaram. Surgiram novos meios de circulação. A revolução nos meios de circulação provocou o intercâmbio entre as diferentes culturas e civilizações. O Estado assumiu o seu papel de organizador do território. O Estado passou a ser o grande agente da nova organização territorial. Aqui os geógrafos passaram a ter um papel preponderante como conhecedores das distintas organizações espaciais.

O quinto espaço se caracteriza pelas trocas de longa distância. A revolução nos transportes garantiu ao homem europeu o alcance lugares nunca antes atingidos por outros europeus. A circulação de mercadorias, de capitais e de pessoas permitiu a construção de um mercado mundial. O que antes era um mundo de civilizações separadas e culturas dispersas pelo planeta, nesse momento dava lugar a um só mundo.

O sexto espaço é o espaço construído pela maneira industrial de se produzir. A população premida pelas transformações provocadas pela concentração industrial também viria a se concentrar em torno das cidades. A paisagem se transformou e as áreas rurais deram lugar à concentração de pessoas e de fábricas. As diferenças entre cidade e campo se agudizaram em função da divisão de trabalho.

No sétimo espaço a paisagem industrial se difundiu pelo mundo. O petróleo e as hidrelétricas produziram uma revolução na produção de energia. As forças produtivas se multiplicaram e as indústrias se espalharam pelo mundo inteiro. O Estado passou a sofisticar o seu controle sobre a população. A ciência e a técnica garantiram a transformação de toda a existência.

O oitavo espaço é a construção do nosso tempo presente. Ocorreu uma revolução nas forças produtivas. A produção de dados alcançou quantidades inimagináveis e a sua transmissão à distância atingiu velocidades que antes eram pensadas apenas pelos escritores de ficção científica. A uniformidade da técnica criou um espaço único. O capital navega sem barreiras e criam-se muros para a livre circulação de pessoas.

O nono espaço é a nossa contemporaneidade. É o espaço da globalização do capital. É o espaço da mundialização das mercadorias e da fragmentação da produção. É o mundo da hiperconectividade, da biotecnologia, do agronegócio e das megacidades. A rede mundial de computadores permite ao capital desdenhar de todas as distâncias, mas, por outro lado, também permite que o conhecimento ultrapasse a barreira do território, exatamente como nessa aula. Esse é o nosso tempo. Essa é a organização espacial em que vivemos.

As Formas da Geografia e do Trabalho do Geógrafo no Tempo

A sociedade e o espaço adquiriram diversas formas ao longo da história. Não é difícil perceber que, se a sociedade e o espaço mudam com o passar do tempo, também a maneira de se compreender esse espaço e essa sociedade se transformam ao sabor da história. Inevitavelmente, cada época se depara com problemas específicos e, evidentemente, com maneiras distintas de resolvê-los. Assim, as proposições científicas sobre a sociedade e o espaço estão profundamente enraizadas no contexto em que foram produzidas. Podemos dizer que tanto a sociedade quanto o espaço são o resultado das relações sociais de um determinado tempo.

Na antiguidade, a geografia era o registro antropológico e cartográfico dos inúmeros povos conhecidos, mas também das terras conhecidas ou a serem conhecidas. Cabia à geografia e ao geógrafo conhecer os outros povos e lugares, mas também fornecer as medidas com precisão. Exigia-se que a geografia e os geógrafos produzissem não apenas uma descrição dos povos e lugares, mas também uma medição correta dos lugares. Estamos nos referindo a povos cuja riqueza estava baseada na agricultura e no comércio, e cabia ao geógrafo viajar, observar, descrever e conhecer os povos, seus hábitos, costumes e riquezas. Portanto, a geografia e os geógrafos jamais produziram um conhecimento desinteressado, mas sim um conhecimento que respondia às necessidades dos povos.

Na Idade Média, a influência da Igreja levou a geografia a ser uma forma de visão que referendava o imaginário bíblico. A geografia medieval era uma extensão da Bíblia, e o geógrafo, um cartógrafo do fantástico.

Entre o Renascimento e o Iluminismo a geografia se duplicou: de um lado voltou a ser uma cartografia do fantástico, mas desta vez para o fim de realçar o imaginário de uma Europa racional em contraste com um mundo de bárbaros que a razão europeia deve conquistar e civilizar. Por outro lado, era uma cartografia de precisão, com o fim prático de orientar os naturalistas e navegadores que se lançavam à conquista do mundo desconhecido. E o geógrafo era, assim, um misto de viajante e naturalista, cujo papel era organizar um mundo exótico, de fora, segundo a razão europeia.

No século XIX, a geografia se transformou na ciência dos grandes espaços, e o geógrafo, num especialista em teoria e prática das localizações. O século XIX é o momento de uma nova duplicação: de um lado surge a geografia da civilização e de outro lado a geografia dos grandes arranjos. A necessidade de melhor conhecer os povos introduziu como discurso o estudo da relação do homem com o seu meio como tema central das reflexões e do conhecimento. A necessidade de melhor organizar o domínio dos territórios produziu o estudo da relação da sociedade com o seu espaço. Nascia, assim, a dupla função do geógrafo. Por um lado, ele deveria lidar com o tema das civilizações e, por outro, com o tema do arranjo racional dos espaços. Cabia então ao geógrafo e à geografia o estudo da base física e das ações humanas.



A necessidade de melhor organizar o domínio dos territórios introduz o estudo da relação da sociedade com o seu espaço. Disponível em: <http://www.rootsweb.ancestry.com>

O século XX consagrou a geografia como ciência do espaço e o geógrafo como o especialista de sua organização. Essa imagem estava profundamente ligada à necessidade de planejamento estatal devido à intervenção territorial. Além disso, ao geógrafo cabia lidar com um tipo de saber que estava intrinsecamente ligado às representações do mundo. Esse seria o perfil do geógrafo que ainda hoje existe: um profissional identificado com a tarefa da demarcação dos espaços diferenciados a partir da arma teórica e cartográfica da teoria da região. A geografia coube, portanto, o papel de uma ciência colada ao espaço e ao mapa. Para a geografia criou-se uma relação indissociável com as grandes arrumações territoriais advindas da revolução industrial em todos os Estados e governos.

Um problema, entretanto, passou a incomodar o geógrafo a partir dos anos de 1950. Nessa época aconteceu um rápido desenvolvimento dos meios de transferência e nesse quadro de realidade já não bastava à teoria geográfica localizar, demarcar e mapear o espaço. Era preciso saber ler e entender mudanças. Por isso é que nesse período a teoria da região ganharia a sua maior expressão. Era necessário fazer da teoria da localização um instrumento de identificação, distribuição e organização das escalas diferenciadas do espaço. Assim, o papel do geógrafo e da geografia era verificar o efeito da localização sobre as arrumações e diferenciações dos locais, tudo feito à base de um preciso registro cartográfico da distribuição e demarcação de áreas. Sob esse perfil, fruto de um



espaço erguido sobre a égide de um capitalismo monopolista e um socialismo de Estado.

Ao final do século XX, tudo aquilo que parecia consolidado parece então se mover. A serena paisagem dos anos 1950 e 1960 parece se esfacelar diante dos olhos. É exatamente quando o geógrafo e a geografia passam a dar mais atenção ao papel da técnica e à realidade dos novos espaços. O mundo parecia estar em permanente transformação e, para entendê-la, era preciso reformular toda a teoria de que os geógrafos dispunham. Diante das mudanças de modelos, provocada pela microeletrônica e pela biotecnologia, era necessário reformular toda a teoria de compreensão do espaço. Sendo assim, a geografia produziu novas formas de entendimento do espaço: a compreensão do espaço devido à aceleração do tempo, a noção de percepção e a mudança de atitude diante da realidade.

O grande desafio e a principal questão que se coloca para a geografia e para os geógrafos é compreender a partir de um ponto de vista teórico e técnico, ou seja, redefinir uma forma de percepção e de atitude diante de uma realidade mais complexa da nova era técnica que nos cerca. O velho modo de olhar, preso na apreensão fixa das localizações, as velhas técnicas de descrição e a velha linguagem dos mapas perderam o seu charme. Trata-se, portanto, de criar uma base teórica e técnica integrada, expressão de uma teoria de representação que, reafirmando a função da geografia, compreenda os movimentos do mundo contemporâneo. O problema principal é compreender que as paisagens, elemento fundamental para a geografia, devem ser interpretadas não como realidades fixas coladas no tempo, mas sim como imagens que se movimentam.

As paisagens em movimento, a nova organização do espaço e as novas formas de percepção do mundo exigem um novo perfil do geógrafo e da geografia. A paisagem de fluidez global requer, para a sua leitura e descrição, o uso de meios teóricos e técnicos que sejam capazes de compreender as novas realidades. Em todas as mudanças passadas o geógrafo viu o perfil da geografia se redefinir, acompanhado da sua capacidade de interpretar o mundo a partir da leitura do significado das paisagens. É exatamente esse perfil e sua coerência nas mudanças que manteve a geografia sobrevivendo como um saber importante. O curioso é perceber que, embora o mundo siga em permanente transformação, uma coisa permanece a mesma: o desafio de saber ler o significado do que dizem as imagens, que fazem do espaço uma categoria de explicação do mundo.

Conceito de Região

Evidentemente, todos já ouviram falar de região. Referimo-nos à ideia de região nos mais diferentes contextos e ocasiões. Mas, afinal de contas, qual a importância do conceito de região para a ciência geográfica? A ideia de região é muito antiga no mundo ocidental. Ela remonta aos antigos romanos. *Regio*-*ne*, nos tempos do Império Romano, era a denominação utilizada para designar áreas que dispusessem de uma administração local e estavam subordinadas às regras gerais estabelecidas pelos poderes sediados em Roma, no centro do Império. Dessa forma, os mapas que representavam o Império Romano eram preenchidos pelos nomes dessas regiões, que representam a extensão espacial do poder central, onde os governadores dispunham de alguma autonomia, mas deviam obediência e pagavam impostos à cidade de Roma.



Região no Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais estabelecidas pelos poderes sediados em Roma. Disponível em: jcdonceld.blogspot.com

O surgimento do Estado moderno na Europa, depois do período medieval recolocou o problema destas unidades espaciais regionais. Um dos discursos predominantes na afirmação da legitimidade do Estado no século XVIII era o da união regional face um inimigo externo. Este período de formação dos Estados Modernos assistiu, pois, ao renascimento das discussões em torno dos conceitos de região. Não por acaso, foi exatamente nesse momento que um campo disciplinar específico começou a tomar forma: a geografia. A formação da geografia enquanto ciência ocorre no momento de formação dos modernos Estados Nacionais. São consequências dessa transformação: o conceito de região como algo fundamentalmente político; o componente espacial; a geografia como o lugar dessa discussão.



A formação da geografia enquanto ciência ocorreu no momento de formação dos modernos Estados Nacionais. Disponível em: centromedicodacoluna.blogspot.com

Na linguagem cotidiana a noção de região parece existir relacionada a dois princípios fundamentais: o de localização e o de extensão. No entanto, na geografia, o uso da noção de região é mais complexo. No início do século XX, surgia na geografia o conceito de região natural. Esse conceito se baseava na ideia de que o ambiente teria certo domínio sobre a orientação de desenvolvimento da sociedade. No entanto, contra essa perspectiva, surgiu outra ideia de que a natureza poderia influenciar e moldar certos gêneros de vida, mas seria sempre a sociedade, seu nível de cultura, de educação e civilização que orientaria o desenvolvimento da sociedade. Portanto, duas concepções distintas de região. A região natural subordinada ao ambiente e a região geográfica em que o trabalho do homem é que determinaria a unidade.



Região geográfica é a ideia de que a natureza poderia influenciar certos gêneros de vida, mas seria sempre a sociedade, seu nível de cultura, de educação e civilização que orientaria o desenvolvimento da sociedade. Disponível em: gephiseseba.blogspot.com

O objetivo final da geografia seria encontrar para cada região do planeta uma personalidade distinta. A região seria uma forma de cada lugar ser diferente e particular. A região seria uma realidade concreta, física, ela existiria como um quadro de referência para a população local. Nesse caso, a região existiria independente da vontade do geógrafo e o método para destacar as particularidades da região seria a simples descrição. Surgia daí a importância do trabalho de campo para a geografia. Por esse motivo, nesse momento a geografia se caracterizaria por ser um estudo das diferenças regionais. O ponto de vista da geografia seria procurar na distribuição espacial dos fenômenos a caracterização de unidades regionais seria a particularidade que identificaria a geografia das demais ciências.

Apesar do sucesso do método regional que destacava a particularidade e as unidades regionais, uma questão permanecia em aberto: em uma ciência onde não havia teoria e modelos todos os fatos não seriam únicos? Quais as consequências dessa questão para a geografia? Se a geografia não buscasse construir uma ou várias teorias ela jamais alcançaria o estatuto de ciência, pois se limitava a descrição. Para resolver essa questão o estabelecimento de regiões passaria a ser uma técnica da geografia, um meio para a demonstração de uma hipótese e não mais o produto final do trabalho. Esse conjunto de regras passou a se chamar análise regional e dentro dessa perspectiva surgiram as regiões homogêneas que podem ser classificadas por métodos estatísticos e as regiões funcionais que se caracteriza por ter uma cidade organizando todo o espaço.

O sucesso não foi diferente do modelo anterior. No entanto, não faltaram as críticas. As críticas se baseavam no caráter ideológico e economicista desse modelo. Para os críticos, a geografia ao produzir regionalizações baseadas nestas noções estaria colaborando com a produção de um desenvolvimento espacial desigual. Essa corrente crítica, conhecida como geografia radical, argumentava que a diferenciação do espaço se deve à divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação capitalista. A resposta à esse modelo é que a geografia deve identificar as regiões de acordo com o processo histórico de produção do



A geografia deve identificar as regiões de acordo com o processo histórico de produção do espaço, isto é, as regiões devem ser vistas como fruto da divisão sócioespacial do trabalho.

Disponível em: pdsppbrasil-sp.org.br



espaço, isto é, as regiões devem ser vistas como fruto da divisão sócioespacial do trabalho. Assim, novas regionalizações foram estabelecidas tendo em vista os diferentes padrões de acumulação de capital e organização de classes.

Em meados dos anos setenta do século XX surgiria outra corrente crítica: o humanismo na geografia. Com essa corrente, novamente a região se tornaria a referência fundamental na sociedade. Consciência regional, sentimento de pertencimento, mentalidades regionais são alguns dos elementos que esses autores vão revalorizar. A intenção era compreender a região como um espaço vivido. A região passa a ser encarada como uma teia de significações de experiências. Assim, novamente a região passaria a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial. Refutava-se assim, a classificação da região a partir de critérios externos à vida regional. Para compreender uma região era preciso antes de tudo viver a região.

Podemos perceber que a região é um dos conceitos fundamentais para a geografia. A geografia se define como um campo disciplinar que analisa a relação entre a sociedade e o meio ambiente. Como disse Vidal de La Blache:

O homem faz parte desta cadeia [que une as coisas aos seres] e em suas relações com o que os cerca, ele é ao mesmo tempo ativo e passivo, sem que seja fácil de determinar, na maior parte dos casos, até que ponto ele é um ou outro (1921, p.104).



Revisão

No primeiro texto, “A Sociedade e suas formas de Espaço no Tempo” o autor, Rui Moreira, parte da premissa que o desenrolar do tempo histórico vai produzir diferentes formações geográficas. Portanto, no texto, as inúmeras formações geográficas ao longo da história, não passam de produto dos distintos tempos históricos. A organização territorial em que nós vivemos aqueles arranjos territoriais em que outros viveram e outras em que tantos outros viverão não é o resultado de forças da natureza. Ela foi, é e sempre será construída pelo homem. Cada civilização criou, cria e sempre criará um tipo de paisagem.

No primeiro texto, o autor dividiu o tempo da história em vários espaços distintos. A intenção era mostrar como, em cada momento da história ocidental o espaço construído pelos homens adquiriu uma fisionomia diferente. Essa fisionomia, esse rosto inscrito no espaço refletiria a maneira como a sociedade se organiza. O autor mostra como a ação humana transformou o mundo. A intenção era mostrar como, ao longo do tempo histórico, o espaço é um reflexo da organização das sociedades.

No texto vemos as diferentes formas que o homem se utilizou para conquistar a natureza e modificar o espaço ao seu redor. No entanto, o autor destaca o papel da técnica na transformação da natureza. O texto está se referindo ao uso intensivo de instrumentos que aceleraram a maneira de transformar a natureza e propiciaram a acumulação de riqueza. Acumulação de riqueza essa, que também pode ser vista como, o excedente de produção. O excedente seria aquilo que não é necessário à existência, mas que, no entanto, pode ser comercializado com lucro.

Segundo o autor, no momento histórico em que há a acumulação de riquezas é que aparecem as primeiras cidades. As cidades são compreendidas como artefatos culturais porque elas não surgiram naturalmente. Elas são frutos do gênio humano. Podemos, no entanto, destacar do texto dois momentos na história moderna do mundo ocidental. O primeiro na Europa medieval e, posteriormente, o período de industrialização. Quando o autor fala da divisão social do trabalho ele está se referindo a forma social como o trabalho é dividido na sociedade. Alguns são encarregados de produzir as mercadorias, ao passo que outros, em função de sua posição social, acumulam as riquezas produzidas pelo sistema de trocas. É a organização social, dividida entre senhores e camponeses, na Europa medieval, que vai fazer surgir, por exemplo, a organização do espaço em feudos.

Quando o texto se reporta à revolução das técnicas ele está se referindo às revoluções no transporte e a possibilidade de trocas de mercadorias mesmo através de longas distâncias. A riqueza se multiplicou na Europa e produziu a necessidade de organização do território, o que só seria possível com a criação de um poder central. Esse poder central é o Estado. Coube então, ao poder central a organização do território e das relações de produção. É exatamente, o resultado dessa divisão do território em Estados nacionais o que vemos quando olhamos para um mapa da Europa ou um *mapa-mundi*.



Os Estados Nacionais. Disponível em: maladerodinhaenecessaire.wordpress.com

Outra grande transformação que podemos destacar no texto é o surgimento da sociedade industrial. A industrialização, primeiro na Europa e, posteriormente, em quase todo o resto do planeta provocou uma profunda modificação na sociedade. Essa divisão da sociedade entre patrões e trabalhadores produziu as cidades modernas com suas indústrias, seus bairros de ricos e seus locais onde os pobres habitam. O texto termina se referindo a nossa contemporaneidade, ou seja, a globalização. Nosso espaço contemporâneo marcado pela velocidade de circulação do capital, pelo aparecimento de empresas que se espalham pelo mundo, pela rede mundial de computadores e pelo surgimento de cidades gigantescas.

Se, no primeiro texto o autor se debruçou sobre as formas da sociedade, no segundo, “As Formas da Geografia e o Trabalho do Geógrafo no Tempo” a sua preocupação foi com a geografia e com o papel do geógrafo na construção do espaço. O autor se preocupou em deixar claro que os geógrafos e a geografia estão inseridos no tempo histórico. Ambos, vão sempre estar debruçados sobre os problemas do seu tempo. Quanto à duplicação do papel da geografia e dos geógrafos no século XIX, ele está dizendo que a geografia e os geógrafos se dedicaram a dois problemas principais. A geografia da civilização era uma forma de se descrever as diferentes regiões do mundo. As regiões onde os europeus tinham chegado e cobiçavam as riquezas. A geografia dos grandes arranjos era justamente o trabalho do geógrafo na construção do território dos Estados nacionais modernos na Europa.



As megacidades. megaarquivo.wordpress.com

Quanto à geografia e aos geógrafos no século XX, ambos assumem o papel de planejadores dos espaços, ou seja, a geografia e os geógrafos se encarregam de organizar as intervenções no território. Para cumprir esse papel os geógrafos vão se utilizar da confecção dos mapas e da teoria da região. Essa última é basicamente a possibilidade de dividir o território, para fins de um conhecimento mais preciso, em segmentos homogêneos. Isso explica a posição do geógrafo e da geografia junto aos poderes centrais constituídos. Por exemplo, no Brasil, é durante esse período que são criados os órgãos dedicados à coleta de dados, como o IBGE e planejamento governamentais. A informação de que o geógrafo dispunha era um instrumento fundamental para o planejamento das ações do Estado sobre o território.

Ainda no texto, o autor destaca as transformações ocorridas no espaço a partir dos anos 50 do século XX. A partir desse momento a intervenção técnica vai acelerar a transformação do espaço. O uso intensivo de sofisticados instrumentos de medição, de computadores e o aparecimento da rede mundial de computadores provocou a transformação da geografia e dos geógrafos. Era necessário compreender as mudanças provocadas pelas novas tecnologias. Por exemplo, quando observamos as paisagens rurais percebemos que elas se mantiveram quase inalteradas durante vários anos, já nas grandes cidades, essas paisagens se modificaram muito rapidamente. Os terrenos são ocupados por casas e, logo, essas dão lugares aos edifícios. As ruas antes pequenas e tranquilas dão lugar a grandes avenidas com muitos automóveis. As fabricam se instalam e transformam bairros inteiros. Sendo assim, a geografia e os geógrafos percebem que para compreendermos as rápidas transformações da paisagem seria necessário utilizar novas técnicas e produzir novas teorias.

O terceiro texto se remete à questão da região. No texto sobre região, de autoria de Paulo César da Costa Gomes, a região aparece como um dos conceitos chave para a geografia e os geógrafos. No entanto, todo mundo já ouviu alguém falar de região ou já falou de alguma região. Qual a diferença então entre a palavra região e o conceito de região utilizado pelos geógrafos?

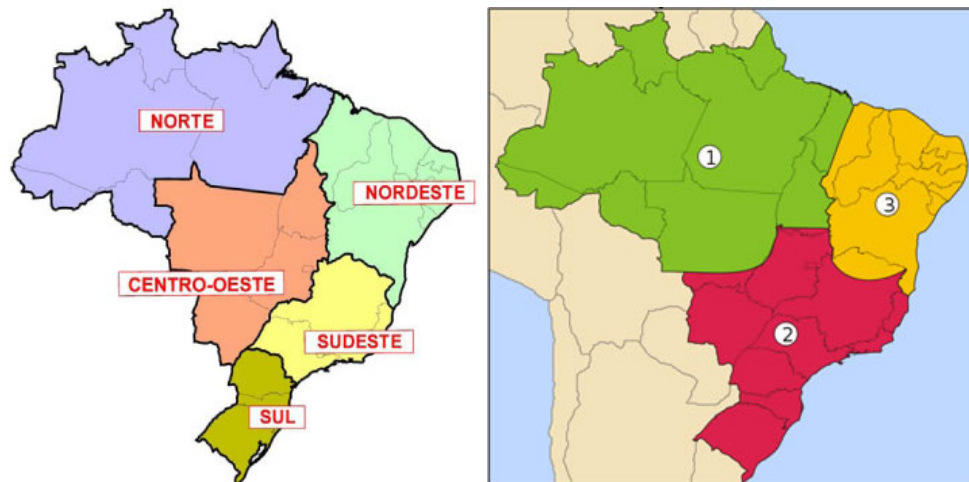
Na linguagem popular, região pode ser qualquer segmento do espaço. Por exemplo, vemos as pessoas se referirem a um local da cidade pela palavra, região, ou ainda, um determinado local de um Estado pode ser denominado uma região, como região norte, sul, leste ou oeste de uma cidade. Na geografia, entretanto, o uso da noção de região é mais complexo do que isso.

Quando na geografia nos referíamos a região natural significava que a na-



tureza do lugar, por exemplo, floresta equatorial, mata atlântica ou cerrado era mais importante que a sociedade que ali existia. Mais tarde, com a intensa transformação da sociedade, essa ideia seria revista. Para os geógrafos, as regiões naturais seriam modificadas pela ação da sociedade sobre a natureza. Por exemplo, as grandes regiões brasileiras foram divididas segundo critérios históricos, econômicos e sociais. As regiões Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste, Norte e Sul não são regiões naturais. Os geógrafos, ao dividir o território nacional, foram orientados por critérios, históricos, econômicos, sociais e políticos.

O texto tem a preocupação de mostrar como o conceito de região foi se transformando de acordo com as modificações da geografia ao longo do século XX. Nesse caso, vemos que hoje alguns geógrafos entendem a região como áreas diferentes umas das outras devido à divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação capitalista. Por exemplo, para alguns geógrafos o Brasil deve ser dividido em três regiões geoeconômicas. O Centro-Sul englobaria as grandes regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste que se tornaram uma só região devido à industrialização. A Região Nordeste, que englobaria, por exemplo, o Norte de Minas, em função dessa região ter índices econômicos e sociais que se assemelham aos nordestinos e a Região Amazônica, por ser uma região de fronteiras.



As macrorregiões do Brasil e as regiões geoeconômicas. Disponível em: agrosoft.org.br e mundoeducacao.uol.com.br

Entretanto, para outros, a região existe a partir de um sentimento regional, uma consciência do lugar, sentimento de pertencimento. Por exemplo, a região é definida por uma população que se liga afetivamente ao espaço em seu redor. A região seria a noção de um grupo de indivíduos de pertencer ao lugar. Nesse caso, por exemplo, a Zona da Mata Mineira seria definida pela sua paisagem, mas também pelos hábitos, pelos usos e costumes. Sendo assim, os limites da Zona da Mata Mineira seriam definidos por um determinado modo de falar, ou por uma maneira de se relacionar com os santos católicos, ou ainda, por um hábito alimentar como o de se comer frango com quiabo e apreciar o pão de queijo.

Portanto, a questão central do texto é justamente deixar claro que a região não existe independente do geógrafo e da geografia. A região é, portanto, um produto real, construída a partir de critérios escolhidos pelo geógrafo e segundo os seus interesses.

O território

Da mesma forma que os outros conceitos, todos já devem ter ouvido falar de território nas mais diversas ocasiões. No entanto, para a geografia trata-se de um conceito chave porque revela a sua própria essência.

A conformação do terreno é de grande importância nas batalhas. Assim sendo, apreciar a situação do inimigo, calcular as distâncias e o grau de dificuldades do terreno, quanto à forma de se poder controlar a vitória, são virtudes do general de categoria. Quem combate com inteiro conhecimento destes fatores vence, de certeza; quem o não faz é, certamente, derrotado (SUN TZU, A Arte da Guerra).

O trecho acima, revela a importância do território enquanto instrumento de manutenção, conquista e exercício de poder. Mas o que é, na realidade, o território? A primeira vista, a resposta parece simples. O território seria um espaço definido por características geoecológicas; uma área definida pelo que ali se produz ou por quem ali produz; um espaço definido por relações afetivas e identitárias. No entanto, o território não se resume apenas às características naturais de uma determinada área. O território, para a geografia, é um espaço que está para além dessas definições naturalista, economicistas e culturais. O território seria um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Sendo assim, a questão principal é: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?

Porém, se o território pode ser entendido como um espaço definido por relações de poder é importante definir também o que é poder. Existem, certamente, inúmeras definições de poder, mas aqui vamos utilizar o conceito adotado por Hannah Arendt:

O poder corresponde à habilidade humana não apenas de agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está no poder estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder desaparece, o seu poder também desaparece. (1985:24).

A palavra território normalmente evoca o “território nacional” e faz pensar no Estado, em grandes espaços ou em sentimentos patrióticos. No entanto, o território não precisa ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Os territórios existem nas mais diversas escalas, da local à internacional e são construídos e destruídos dentro de escalas temporais distintas. Assim, quando falamos de territórios nos referimos à diferentes escalas, desde um pequeno espaço local a um grande espaço nacional ou a territórios internacionais. Além disso, o território existe de acordo com tempo, ou seja, ele pode ser um espaço controlado por um grupo em um determinado momento da história e num momento seguinte ser controlado por outro grupo.

O território surge na Geografia Política como o espaço concreto. Esse espaço concreto é apropriado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade. Nenhum grupo social seria, portanto, compreendido, sem o território que ocupa. A identidade das pessoas estaria, portanto, ligada ao território. Essa foi a maneira tradicional de se entender o território, no entanto, existem outras maneiras de se abordar a temática da territorialidade. O território também pode ser compreendido como uma espécie de campo de forças, ou uma teia ou mesmo uma rede de relações. Esses territórios são, na realidade, relações sociais projetadas no espaço. Eles podem formar-se e dissolver-se, ter existência regular, mas periódica, surgir e desaparecer de modo relativamente rápido.



Os territórios são, na realidade, relações sociais projetadas no espaço. Eles podem formar-se e dissolver-se, ter existência regular, mas periódica, surgir e desaparecer de modo relativamente rápido. Disponível em: conceitosetemas.blogspot.com

Vejamos três exemplos dessa nova abordagem sobre a territorialidade. Trata-se, na realidade de territorialidades urbanas ou territorialidades flexíveis. Através desses exemplos, o autor busca esclarecer que um espaço que foi transformado pelo trabalho, sempre vai estar territorializado por alguém. Nesse sentido, assim como o poder sempre está presente nas relações sociais, o território estará presente em toda a espacialidade social. Assim, a territorialidade é um tipo de interação entre homem e espaço. Na realidade a territorialidade pode ser encarada como uma forma de interação entre os seres humanos mediatizada pelo espaço, ou seja, a territorialidade é uma forma de relação entre os homens que passa invariavelmente pelo espaço.

Mas qual seria a intenção do autor ao se debruçar sobre novas abordagens sobre o território? O território não é simplesmente uma variável estratégica. O uso e o controle do território devem ser elevados a um plano de grande relevância também quando da formulação de estratégias de desenvolvimento sócioespacial em sentido amplo. O uso do território deve, sobretudo, contribuir para a justiça social. Expandir o conceito de território seria questionar a própria noção de desenvolvimento. Um projeto de territorialidades autônomas deveria ter o objetivo de resgatar a noção de desenvolvimento tanto das amarras conservadoras da economia liberal quanto das formas autoritárias do Estado desenvolvimentista.

Mas o que consiste essa ideia de autonomia? A autonomia seria uma realidade política social concretizada pela primeira vez na polis grega e, essa realidade significa o poder de uma coletividade se organizar por si própria.

A liberdade numa sociedade autônoma exprime-se por estas duas leis fundamentais: sem a participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem a participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei. Uma coletividade autônoma tem por divisa e por autodefinição: nós somos aqueles cuja lei é dar a nós mesmos as nossas próprias leis (CASTORIADIS, 1983:22).



Portanto, a autonomia constitui a base do desenvolvimento da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade.

O poder não se circunscreve ao Estado, nem tampouco, se confunde com violência. Da mesma forma, o conceito de território deve ser mais amplo que a ideia de território nacional controlado pelo Estado Nacional. Falar de território é falar das diferentes territorialidades contemporâneas. Além disso, o texto procura destacar que o conceito de desenvolvimento se libertar das amarras conservadoras a que está submetido e ser ampliado pela noção de autonomia. O conceito de autonomia é utilizado aqui no sentido de compreender que, para uma coletividade, gerir autonomamente o seu território e autogerir-se são os dois lados de uma mesma moeda. Ambos representam uma condição indispensável para a gestão socialmente justa dos recursos naturais contidos no território.

Espaço, um conceito-chave da Geografia

Todos já ouviram falar de espaço e já utilizaram a palavra em diversos contextos diferentes. No entanto, para a geografia a ideia de espaço é mais do que uma simples palavra, espaço para a geografia é um conceito. Mais afinal o que é o espaço geográfico? Aqui serão abordadas as diferentes concepções de espaço ao longo da história do pensamento geográfico. Como isso, procuramos mostrar as transformações do conceito durante os períodos da história até os dias de hoje. Além disso, vamos abordar as chamadas práticas espaciais, com a intenção de contribuir com conceitos operacionais para o estudo do espaço geográfico.

É importante começar por aquilo que, nesse contexto, entendemos por conceito. Podemos dizer que o conceito seria a maneira pela a realidade socioespacial vai ser traduzida. Na geografia, os conceitos sempre se referem às formas como a ação humana modela a superfície terrestre. Na geografia tradicional o conceito de espaço não aparece com muito destaque. Contudo, o conceito de espaço está presente, ainda que de maneira implícita, nos trabalhos de Ratzel. Dizemos que o conceito de espaço aparece de forma implícita porque Ratzel utiliza mais frequentemente o conceito de território e de espaço vital. O primeiro seria a apropriação do espaço por um determinado grupo e o segundo as necessidades territoriais de uma sociedade em função do seu desenvolvimento tecnológico, da população e dos recursos naturais que esta dispõe.

A partir dos anos de 1950, a geografia passou por grandes transformações. Essas transformações se baseavam no positivismo lógico. O raciocínio hipotético-dedutivo privilegiava os modelos matemáticos e a quantificação dos resultados. Nesse contexto, o espaço aparece com um conceito fundamental para a ciência geográfica. O espaço é considerado como planície isotrópica ou como representação matricial. A planície isotrópica seria uma superfície uniforme baseada em uma racionalidade econômica fundada na minimização dos custos e na maximização dos lucros. Os esquemas centro-periferia são derivados dessa concepção. Já as representações matriciais se constituíram em níveis operacionais que permitiram extrair conhecimento a partir da noção sobre localização e fluxos, hierarquias e especializações funcionais.

A década de 1970 viu surgir à geografia crítica fundada no materialismo histórico e na dialética. A despeito do aparecimento de uma nova corrente de pensamento, o espaço continua a ser o conceito-chave da geografia. O espaço passa a ser entendido como espaço social, vivido e, em estreita correlação com a prática social. O espaço seria reconhecido como o local da reprodução das relações sociais de produção. No dizer de Milton Santos: "Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade."

A década de 1970 viu surgir também a geografia humanista. A geografia humanista se baseava nas filosofias do significado, especialmente na fenomenologia e no existencialismo. Esta corrente de pensamento se assentou na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, no simbolismo e no singular. O espaço, nessa corrente de pensamento é considerado a partir da ideias de um grupo ou de um povo. O espaço passa a ser entendido como o espaço vivido. Nesse caso o espaço pode ser considerado sagrado, pode ser o campo das representações



simbólicas e pode ser marcado por inúmeras formas de afetividade. A afetividade manifesta-se tanto no que diz respeito ao gostar dos lugares como à movimentação espacial. Lugares e áreas longínquas tornam-se próximos em função da afetividade por eles.

No processo de organização do espaço o Homem estabeleceu um conjunto de práticas das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. As práticas espaciais são um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais. Dentre elas podemos destacar a **seletividade espacial**. Esta se caracteriza pela decisão de agir sobre um determinado lugar se este apresentar os atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos. A fertilidade do solo, um sítio defensivo, a proximidade da matéria-prima, o acesso ao mercado consumidor, a força de trabalho não qualificada, estes são alguns dos atributos que podem levar a localizações seletivas.

A **fragmentação** e o reagrupamento das diversas porções do espaço estão entre as práticas espaciais. Podemos nos utilizar de vários exemplos para destacar o processo de fragmentação e reagrupamento, desde os Impérios do passado e a fragmentação de municípios no território brasileiro. Por outro lado, o agrupamento das comunas na França ou da ação das empresas transnacionais quanto ao seu espaço de atuação. Outra prática espacial importante é a **antecipação espacial**. Esta se define pela localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas. Trata-se da antecipação à criação de uma oferta significativa de matérias-primas ou de um mercado consumidor de dimensão igual ou superior ao limiar considerado satisfatório para a implantação da atividade.

A **marginalização espacial** é outra das práticas espaciais. O valor atribuído a um dado lugar pode variar ao longo do tempo. Razões de ordem econômica, política ou cultural podem alterar a sua importância e, no limite, marginalizá-lo deixando-o a margem da rede de lugares a que se vinculava. Além disso, temos a **reprodução da região produtora**. Neste processo de valorização produtiva do espaço é necessário que se viabilize a reprodução das condições de produção. Isto implica em práticas espacialmente localizadas, efetivadas pelo Estado ou pelas grandes corporações.

Este é o espaço geográfico: a morada do homem. Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica, representado através de matrizes, descrito por metáforas, reflexo e condição social, experimentado de várias maneiras, rico em simbolismo e campo de lutas, o espaço geográfico é multidimensional.

Torná-lo inteligível é, para a geografia, uma tarefa inicial. Decifrando-o, como diz Lefebvre, revelamos as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam sonham, enfim, vivem e fazem a vida caminhar.

Mapas

Certamente todos já devem ter feito viagens imaginárias em algum mapa. Ir para lugares longínquos, passear em países exóticos, visitar lugares de sonho. Todos que já tiveram a oportunidade de se deparar com um mapa em sua frente já devem ter vivido essa experiência. O mapa sempre evoca a imagem de um território. Não importa se o mapa se refere a um território de natureza política e administrativa e jurídica ou o território de dimensões culturais e simbólicas. Ele compôs o arcabouço de conhecimentos e de condições materiais para a existência da Geografia como campo de conhecimento científico específico. Seu poder de fixação documental dos atributos de um pedaço do mundo legitima o fazer geográfico.

Mas que poderes têm os mapas na compreensão do mundo? Seria possível tornar o mapa mais eficaz na compreensão do mundo pelo cidadão comum? Segundo experiências, quanto mais o cartógrafo puder conhecer do perfil, das condições e das necessidades do usuário do mapa, maiores possibilidades do uso da linguagem cartográfica para adequação a esse usuário. Ao levar em consideração às necessidades do usuário amplia-se o desejo do usuário por mapas como fonte de conhecimento. Isso poderia ser o suficiente, mas outras experiências mostram que tal procedimento não é suficiente para reduzir a distância entre o mapa do cartógrafo e o mapa do usuário. Os mapas dos cidadãos comuns frequentemente não coincidem com os mapas dos cartógrafos porque o mapeamento é repleto de subjetividade.

O poder do mapa está justamente naquilo que ele representa. O mapa representa a estabilidade do território e a definição do lugar. Ele garante uma identidade, uma visibilidade, um lugar no mundo. O mapa serve como referências usáveis em várias dimensões da vida prática ou lúdica. Assim, sendo o portador de referências usáveis, reconhecíveis pela experiência comum, os mapas são lidos como verdade, como a própria natureza do território ou lugar. A naturalização é a principal competência do discurso do mapa, é o parâmetro para imposição de sua verdade. Todo mapa deseja ser uma espécie de retrato da realidade. O mapa deseja que olhemos seus signos não como algo grafado em sua superfície, mas como a própria superfície real manifestada diante de nós. O mapa deseja ser uma reprodução fiel da realidade.



O mapa deseja que olhemos seus signos não como algo grafado em sua superfície, mas como a própria superfície real manifestada diante de nós. O mapa deseja ser uma reprodução fiel da realidade. Disponível em: revistaescola.abril.com.br

Vejam os quatro situações distintas sobre o uso de mapas. O primeiro é o mapa das artes no centro de São Paulo. No entanto, o que o mapa destaca é o centro expandido de São Paulo. O mapa apresenta os locais designados para exposições de artes no centro e São Paulo e, evidentemente, também os locais onde se vendem produtos para o consumo. Além disso, o mapa se caracteriza por aquilo que ele esconde. No mapa em questão o que se esconde é a periferia de São Paulo. O mapa não mostra o conteúdo social. O mapa exclui o conteúdo social e ao fazer isso define claramente o seu público. Não é uma intenção explícita, mas o mapa não é apenas aquilo que ele explicita, mas também aquilo que está implícito.

Outro exemplo é o GPS usado pelos taxistas. O GPS é uma nova tecnologia e, evidentemente, por se tratar de tecnologia recente tem o poder de encantar a maioria das pessoas. Não se trata de negar a sua utilidade em inúmeras situações, mas tentar compreender o que significa o seu uso em uma situação onde ele, por vezes, não é necessário. O uso irrestrito da tecnologia de ponta representa a transferência de valores humanos presentes nas relações sociais para alguma coisa que está fora dela. Nessa ocasião específica podemos perceber a crise das relações sociais: suspende-se a história, interrompe-se a vivência/experiência da paisagem e dos problemas da metrópole. Certamente, nesse caso, o conhecimento das pessoas está sendo deslocado para os exames feito por aparelhos.

O terceiro exemplo é o mapa da bacia de um rio que é conhecido por um nome pelos habitantes locais e por outro pelos órgãos governamentais. Nesse caso o que podemos perceber? Esse mapa é um exemplo do deslocamento que há entre a captura do território pela visão oficial para o seu domínio e a construção cotidiana dos territórios. O espaço banal, a territorialidade construída pela história das famílias e seus modos de apropriação da natureza, sua organização social, é ausente no mapa topográfico. O mapa oficial surge como sinônimo do mapa correto. Ele tem um peso tão grande que leva o indivíduo a negar suas próprias referências de vida, de história, de relações sociais. Ocorre que um forte



sistema de significações com raízes históricas e sociais, mas que no confronto com a visão oficial é classificado como errado. O mapa deseja ser visto como oficial e a visão oficial deseja ser representada no mapa.

O quarto exemplo se refere ao mapa do Atlas escolar. O Atlas escolar é um produto comercial, no entanto, o uso que dele se faz pelas escolas o torna um produto oficial. O fato do Atlas ser utilizado pelos estudantes das escolas públicas e particulares e também estar presente em quase todas as bibliotecas públicas dá ao Atlas um caráter oficial. Muitos não encontram as suas cidades nos mapas e, não percebem que tal fato não se deve apenas a critérios técnicos, mas também a critérios políticos. Escolhem-se as maiores cidades e as tornam ainda mais influentes aos olhos daqueles que se habitua a tomá-las como parâmetro de localização e importância. Marcar a cidade no mapa seria dar sentido, dar importância e intensidade àquilo que é apenas um documento oficial.

As imagens cartográficas tradicionalmente se pautaram sobre a representação do território. O mapa que traduz a visão oficial sobre o território. O mapa pode ocultar mais do que mostrar, excluir mais do que incluir. O encantamento sem reflexão sobre o uso das geotecnologias, o poder de submissão dos dados oficiais sobre as referências da vida e das histórias das pessoas comuns e o uso de critérios não apenas técnicos, mas também são políticos revelam o poder dos mapas

A ideia central é compreender que os mapas não são simples produtos técnicos, nem representações perfeitas da realidade, nem tampouco expressão ingênua dos lugares. Os mapas, embora certamente ancorado em dados estatísticos, não deixam de ser fruto de uma visão política sobre a realidade. Portanto, os mapas são verdadeiros produtores de conhecimento e, nesse sentido eles podem servir aos interesses das classes dominantes, mas, por outro lado, também podem ser instrumentos de verdadeiras transformações sociais. A imagem cartográfica é intrínseca à vida social. Ela está literalmente entranhada na realidade social, ou melhor, ela é produtora de uma determinada realidade social. Ela ilumina alguns objetos e transforma outros tantos em objetos ocultos.

O problema da escala

Todos que, um dia, já tiveram a oportunidade de olhar um mapa já se depararam com a escala. No entanto, embora seja na realidade questão de proporcionalidade, a escala não pode se reduzir a uma questão numérica. A escala é, e sempre foi, uma fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas da sua representação gráfica. A escala pode ser entendida como uma estratégia de aproximação do real, que incluiria tanto a relação entre a dimensão e o fenômeno como a complexidade dos fenômenos e a impossibilidade de apreendê-los diretamente. Portanto, a escala deve ser encarada como uma relação matemática entre o real e a representação, mas também como uma forma de perceber a complexidade dos fenômenos.



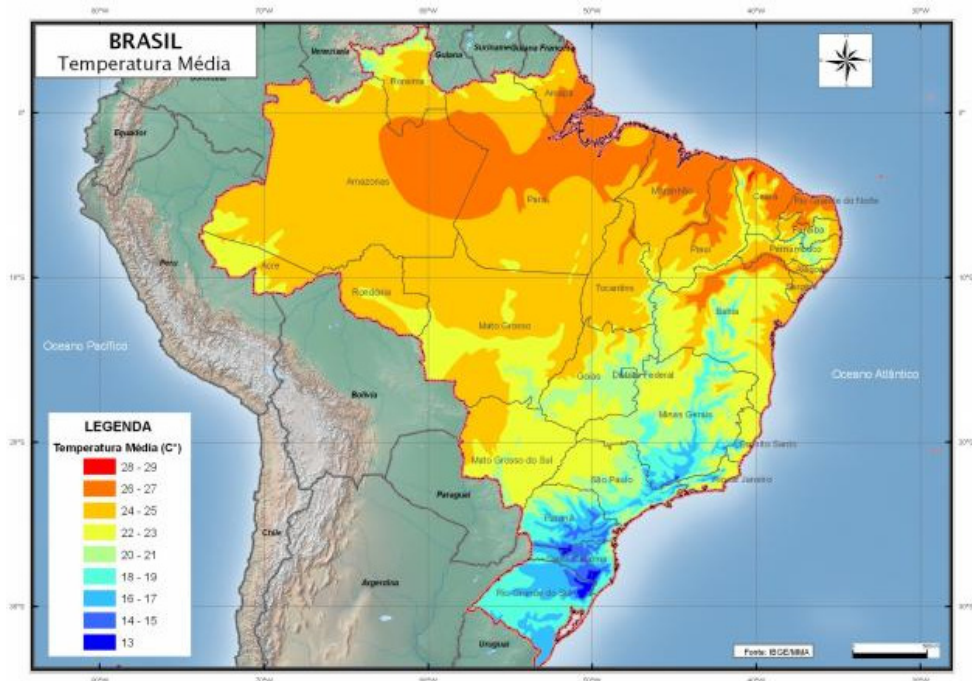
A escala é uma fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas da sua representação gráfica. Disponível em: fe2003.blogspot.com.br

O empirismo geográfico durante muito tempo associou a escala geográfica à cartográfica. Essa associação integrou analiticamente problemas distintos. Tudo se reduzia e solucionava-se nas diferentes representações cartográficas. Dessa forma toma-se o mapa pelo terreno. A análise geográfica dos fenômenos requer objetivar os espaços na escala em que eles são percebidos. O problema do tamanho é intrínseco à análise espacial. Na geografia humana os recortes utilizados têm sido o lugar, a região, a nação e o mundo. Na geografia física, como na climatologia, por exemplo, utiliza-se outra ordem de grandeza. Geralmente se estuda ou o clima local ou o continental ou o planetário. Para Lacoste, por exemplo: "A realidade aparece diferente de acordo com a escala dos mapas, de acordo com os níveis de análise." (LACOSTE, 1976, p. 61)

A escala é a medida que confere visibilidade ao fenômeno. Ela não define o nível de análise. A escala deve ser utilizada de acordo com o fenômeno estudado. Existe uma diferença entre escala geográfica tradicional e escala conceitual. A escala geográfica tradicional estabelece a relação entre o mapa e a realidade. A escala conceitual é a escala dos fenômenos. Para essa última, só a lógica dos fenômenos deve ser estudada. O uso da escala tradicional acarreta em alguns



problemas. O maior deles, sem dúvida, ocorre em relação à distribuição dos fenômenos vemos que a natureza se altera de acordo com as escalas de observação, ou seja, verifica-se uma tendência a homogeneidade dos fenômenos observados na pequena escala e a heterogeneidade dos fenômenos na grande escala.



A escala é a medida que confere visibilidade ao fenômeno. Ela deve ser utilizada de acordo com o fenômeno estudado. Disponível em: manaus.olx.com.br

As diversas escalas supõem campos de representação a partir dos quais é estabelecida a pertinência do objeto, mas cada escala indica apenas o espaço de referência que foi privilegiado por aquele que escolheu. A seleção da escala segue sempre um determinado ponto de vista sobre uma realidade percebida. Portanto, a concepção de uma entidade espacial estabelecida como um ponto de partida tem consequências fundamentais para a continuidade da percepção. Porém, a complexidade dos fenômenos nos obriga a considerar os diferentes níveis, não impondo arbitrariamente uma determinada escala cartográfica. Em outras palavras é necessário partirmos dos fenômenos, ou da realidade, para a definição da escala cartográfica e não o contrário, da escala cartográfica para o fenômeno, sob pena de impor à realidade uma escala que alteraria o fenômeno estudado.

Nesse contexto, surge uma pergunta da maior importância: que porção do espaço deve ser considerada se cada parte do espaço deve ser considerada de igual valor? Se a cada recorte do espaço que realizamos implica em privilegiar uma determinada concepção, então o recorte deve respeitar aquilo que queremos destacar na realidade. Seja lá qual for o recorte que façamos, ele vai estabelecer uma determinada concepção de mundo. Essa concepção, inevitavelmente vai privilegiar um dos aspectos do fenômeno que foi estudado. Se, por outro lado, privilegiarmos um recorte diferente, inevitavelmente, teremos então, outra perspectiva. Diferentes recortes do terreno indicam diferentes realidades estudadas. Nesse sentido, a escala geográfica, longe de ser apenas uma realidade matemática, é também um poderoso instrumento de análise e intervenção na realidade.

Neste sentido, a escala é escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida, é uma forma de dar-lhe uma figuração,



uma representação, um ponto de vista que modifica a percepção mesma da natureza desse espaço, e, finalmente, um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem o espaço observado. As escalas, portanto, definem modelos espaciais de totalidades sucessivas. No texto a autora cita o historiador Lepetit para mostrar que a realidade social nem sempre se adéqua às representações cartográficas.

Uma geografia humana, da qual temos consciência em outra escala, se opõe à neutralidade do espaço, que se acreditou durante longo tempo

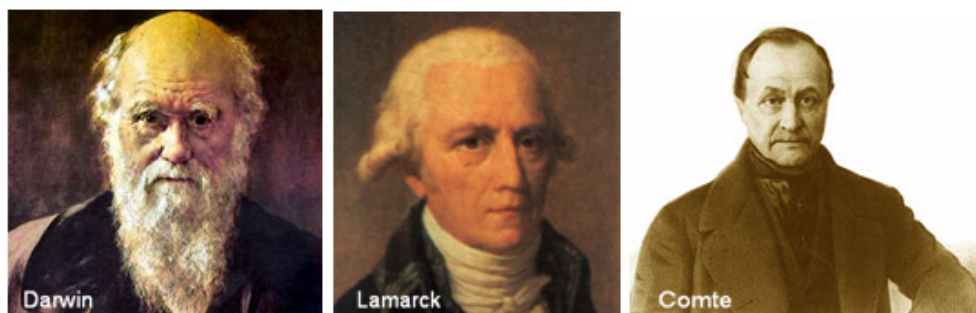
Para a geografia, não há recortes territoriais sem significado explicativo, o que existe, na realidade, são construções teóricas que privilegiam a explicação de fenômenos pertinentes a determinadas escalas territoriais.

Origens do Pensamento Geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930)

Embora a geografia como disciplina acadêmica não seja tão antiga no Brasil, o pensamento geográfico remonta, certamente, ao século XIX. As últimas três décadas do século XIX marcam um período de grande modernização do território brasileiro. Foi nesse momento que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre, as diferenças econômicas e sociais entre as regiões se aguçaram, a monarquia foi substituída pela república e o principal mercado para os produtos brasileiros se deslocou da Europa para os E.U.A. As grandes transformações ocorridas em território brasileiro provocaram um terremoto na identidade nacional. Esses eventos foram de tal ordem de grandeza que redefiniram toda a identidade nacional.

Até então a identidade nacional era construída em torno da monarquia e centrada na figura do monarca. A modificação no regime de trabalho e a proclamação da república implicavam em uma redefinição da identidade nacional. Era necessário, portanto, um olhar para dentro do país. Era urgente a construção de um pensamento crítico que fosse capaz de compreender a realidade nacional e, evidentemente, propor as mudanças que se fizessem necessárias. Além disso, era necessário também um olhar para fora. Era fundamental a construção uma análise comparativa entre o Brasil e as outras nações do planeta. Essa visão comparativa tinha o objetivo de, através das críticas da situação interna e, conseqüentemente, da proposição de transformações imediatas, situar o país no mesmo patamar das outras nações modernas e industrializadas.

A crítica das nossas mazelas e a necessidade de colocar o país no mesmo tempo das nações industrializadas provocou a entrada de ideologias científicas que circulavam no cenário intelectual da época. Entre essas ideologias podemos destacar o darwinismo social, o neolamarckismo e o positivismo. Tais ideias se adequavam, perfeitamente, em um país que, segundo a sua elite pensante, tinha a necessidade de passar a limpo o caráter de sua população e descobrir as reais potencialidades do seu território. Não por acaso, nesse momento o pensamento geográfico se destaca entre aqueles que procuravam soluções para os nossos problemas. Cabia ao pensamento geográfico se debruçar sobre a natureza físico-climática do território, a adaptação do indivíduo ao meio, as características raciais dos habitantes e as possíveis conseqüências desses aspectos sobre a formação social do povo brasileiro.



Entre essas ideologias podemos destacar o darwinismo social, o neolamarckismo e o positivismo.



Em síntese, a questão principal era o estabelecimento do potencial e dos limites da natureza física, social e política do país diante das ideias programáticas do progresso. Além disso, havia a questão da imigração europeia como solução oficial para o problema da mão-de-obra e, evidentemente, como um projeto de branqueamento da população. No entanto, tais debates não ocorriam no vazio geográfico. No mesmo período, houve um surto de expansão das vias de comunicação e de crescimento urbano: construção de estradas de ferro, introdução da navegação regular de cabotagem, melhoria das comunicações com a Europa.

No período se destacam profissões importantes no processo de modernização. Dentre elas a carreira de engenharia civil e militar e a medicina sanitária, ambas voltadas para a modernização do território e, os especialistas em Direito que se debruçam sobre as questões de soberania do território.

Podemos destacar três pontos básicos do pensamento geográfico daquele período. O pensamento geográfico na versão “moderna” participou das representações sobre o território e a população. De um lado, esse pensamento sedimentou a tese determinista que projetava um destino de grande potência. Esse pensamento considerava como elementos determinantes para o futuro do país, as riquezas naturais, a dimensão territorial e a tropicalidade. De outro, havia duas teses opostas sobre a natureza dos habitantes do país. Em uma delas, a população miscigenada era a garantia de um controle eficaz da natureza tropical, justamente porque essa população estaria mais bem adaptada aos trópicos. Outra tese em voga contrastava uma natureza generosa com uma população heterogênea incapaz de se auto-organizar e de gerir o território de forma racional.

A natureza e a sociedade brasileiras sempre foram interpretadas perante a doutrina do progresso. O dilema vivido pelos intelectuais divididos entre o universalismo da teoria e a promessa cultural e de emancipação que fundamentasse a interpretação crítica da realidade do país e a reforma da sociedade, porém subordinar tais teorias a um projeto de redefinição da identidade nacional. Além disso, há uma diferença entre as condições iniciais de desenvolvimento das teorias da geografia e prática da geografia. No Brasil de então, as teorias da geografia foram englobadas por uma interpretação sociológica, historicista e ideológica generalizante da relação sociedade/ natureza no Brasil. No entanto, as práticas geográficas ficaram relegadas a um segundo plano. A geografia passou a ser entendida com um saber prático e técnico.

As teses comuns sobre as raças e o meio tropical eram comuns no período em questão. Todas as teses que circulavam na Europa e nos E.U.A vão servir de base para a discussão sobre a população brasileira. Vista como ideologia política, a questão das raças no Brasil serviu para explicar as diferenças sociais e regionais internas do país. Como ideologia da História, serviu para explicar o “atraso” brasileiro atribuindo à colonização portuguesa as causas desse atraso. Como ideologia do progresso, a teoria racial vai debater a superioridade dos imigrantes europeus frente ao trabalhador nacional. Além disso, temos o conceito de raça associado ao determinismo geográfico. Nesse caso, procurava-se avaliar as vantagens e as desvantagens da ação do clima tropical e da estrutura do relevo sobre o povo ou, ao contrário defendendo a tese de que a fatalidade geográfica do meio tropical poderia ser superada pelo aprimoramento das qualidades da população.

Várias foram as tentativas de explicar as desigualdades regionais da época. Essas estavam profundamente associadas às questões raciais, uma vez que a política de imigração se orientava pelo determinismo climático. Olhar as raças e os povos que formavam o Brasil, e determinar qual seriam as áreas mais propensas ou com maiores obstáculos ao progresso parecia ser o principal objetivo dos trabalhos publicados sobre as zonas geográficas e zonas climáticas do país. Nestes trabalhos encontramos não apenas a ideia de organicidade do território, mas também a crítica da ausência de uma população branca capaz de, através de sua capacidade de trabalho e conhecimento técnico, participar de um projeto



de desenvolvimento. O grande problema a resolver era não apenas a adaptação do homem branco aos trópicos, mas a adaptação dos trópicos aos projetos de civilização.

Para finalizar é necessário destacar que uma questão crucial do pensamento social brasileiro: o descaso dos geógrafos e dos cientistas sociais em geral em relação ao papel do pensamento geográfico nos debates do período de 1870 a 1930. O pensamento geográfico não foi introduzido no Brasil de maneira isolada, mas antes associado às ciências sociais da segunda metade do século XIX. O pensamento geográfico foi incorporado às representações sobre o território e a população brasileira, nos discursos e no imaginário coletivo: as riquezas naturais, a tropicalidade, a dimensão continental e a oferta ilimitada de terras. Essa incorporação de um pensamento científico ao imaginário social não ocorre sem um ônus para o pensamento geográfico. Ele é encarado, ainda hoje, como um veículo de ideologias conservadoras. Porém, antes de acusar os outros saberes de deslocar a geografia para o campo dos conhecimentos práticos e técnicos é necessário que os geógrafos investiguem e reescrevam a sua própria história.



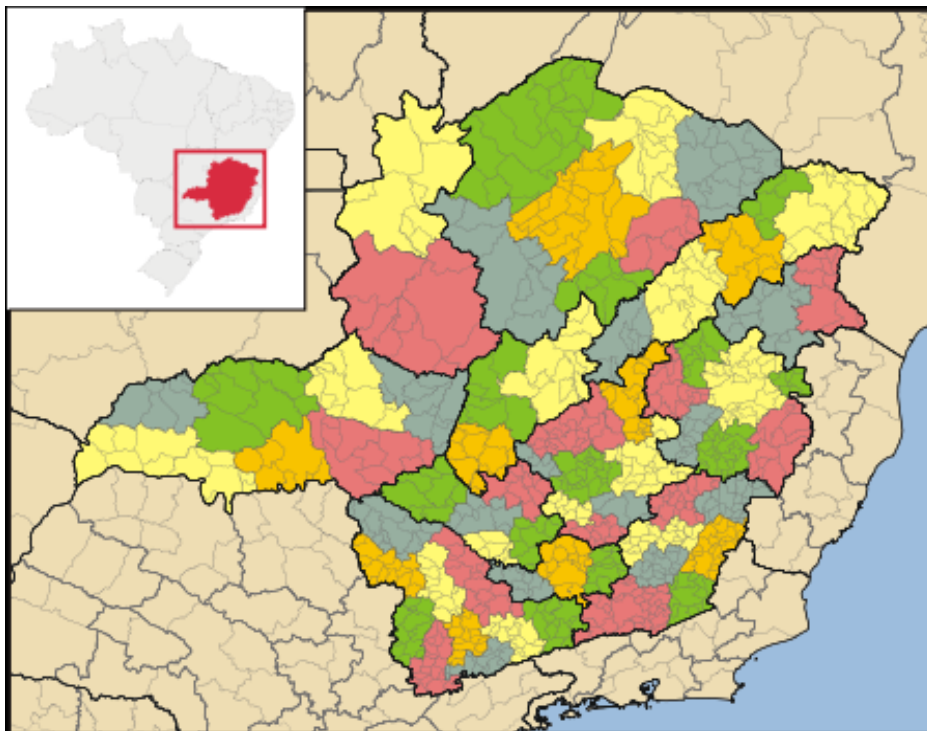
O pensamento geográfico foi incorporado às representações sobre o território e a população brasileira, nos discursos e no imaginário coletivo. Disponível em: tarsiladoamaral.com.br

Revisão

No texto sobre o conceito de espaço há a preocupação do autor em mostrar que a maneira de se compreender o espaço foi se transformando ao longo da história do pensamento geográfico. É importante frisar que, para a geografia, o conceito nada mais é do que a maneira pela qual o espaço geográfico vai ser interpretado. Os diferentes momentos da ciência geográfica produziram interpretações distintas sobre o espaço geográfico. Atualmente, o espaço geográfico deve ser entendido como um espaço social, ou seja, o espaço geográfico não é apenas a natureza, ele é o resultado da forma como os homens transformam a natureza e também o resultado das formas como os homens se organizam para viver em sociedade. Nesse caso, o espaço geográfico seria reconhecido como o local da reprodução das relações sociais de produção.

Os mapas tradicionalmente se pautaram sobre a representação do território. O texto que vocês leram refletiu sobre o uso político e, conseqüentemente, sobre o poder do mapa. O mapa é, certamente, uma representação da realidade, contudo mapa, por mais preciso que ele seja, ele não pode retratar a realidade como um todo. O mapa representa apenas parte da realidade, ou melhor, uma visão sobre a realidade. Como o mapa geralmente é produzido por governos ou empresas ou mesmo departamentos universitários ele está focado sobre determinados interesses.

O mapa que traduz a visão oficial sobre o território. Quando vemos o mapa do Brasil dividido em cinco regiões políticas e administrativas o que estamos observando é um recorte do território nacional segundo os interesses políticos e administrativos do Estado brasileiro. Quando vemos o mapa das regiões de Minas Gerais significa que estamos vendo a versão oficial das regiões de Minas Gerais. É importante ter em mente que, não necessariamente a visão oficial representa as divisões histórico-culturais do atual Estado de Minas Gerais.



Quando vemos o mapa das regiões de Minas Gerais significa que estamos vendo a versão oficial das regiões de Minas Gerais. É importante ter em mente que, não necessariamente a visão oficial representa as divisões histórico-culturais do atual Estado de Minas Gerais.

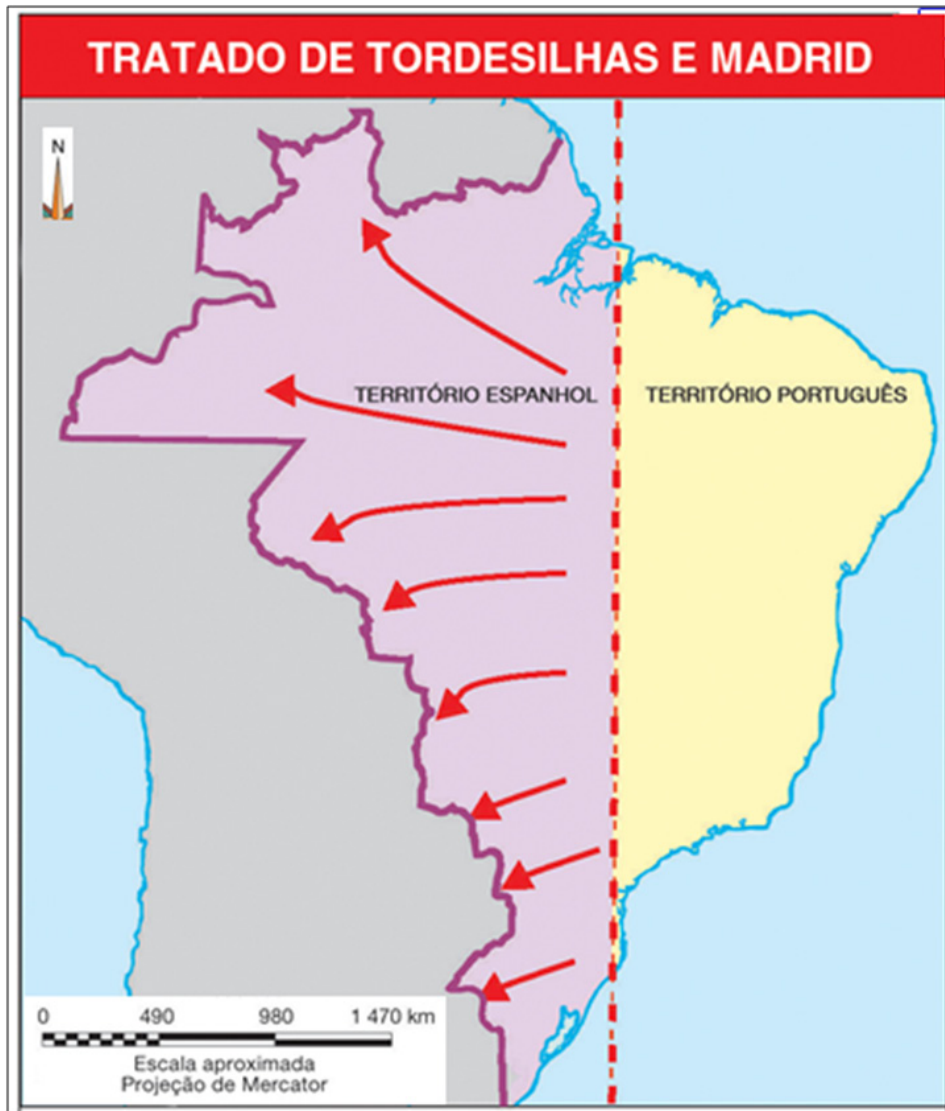
Disponível em: pt.wikipedia.org



O texto nos obriga a refletir sobre o poder de submissão dos dados oficiais sobre as referências da vida e das histórias das pessoas comuns. Além disso, atenta para a necessidade compreender que nos mapas os critérios não são meramente técnicos, mas também são políticos. A ideia central é compreender que os mapas não são simples produtos técnicos, nem representações perfeitas da realidade, nem tampouco expressão ingênua dos lugares. Os mapas, embora certamente ancorado em dados estatísticos, não deixam de ser fruto de uma visão política sobre a realidade. Portanto, os mapas são verdadeiros produtores de conhecimento e, nesse sentido eles podem servir aos interesses das classes dominantes, mas, por outro lado, também podem ser instrumentos de verdadeiras transformações sociais. A imagem cartográfica é intrínseca à vida social. Ela está literalmente entranhada na realidade social, ou melhor, ela é produtora de uma determinada realidade social. Ela ilumina alguns objetos e transforma outros tantos em objetos ocultos.

A proposta do texto sobre a questão da escala é justamente chamar a atenção para a complexidade da escala. A escala é uma relação matemática entre a realidade e o mapa, ou seja, para representar em um mapa, um lugar, uma cidade ou uma região devemos obedecer a uma proporcionalidade. Por exemplo, ao fazer um mapa estabeleço uma escala onde cada milímetro no mapa representa um quilômetro da superfície da Terra. Por isso dizemos que a escala é uma representação matemática. No entanto, a escala geográfica, longe de ser apenas uma realidade matemática, é também um poderoso instrumento de análise e intervenção na realidade. Portanto, a escala deve ser encarada como uma relação matemática entre o real e a representação, mas também como uma forma de perceber a complexidade dos fenômenos. O uso da escala tradicional acarreta em alguns problemas. O maior deles, sem dúvida, ocorre em relação à distribuição dos fenômenos. A natureza, por exemplo, se altera de acordo com as escalas de observação. Quando observamos a natureza em pequena escala, ou seja, ao nível do local, os fenômenos tendem a ser parecidos: a vegetação da zona da mata mineira parece idêntica quando olhamos ao redor. No entanto, se ampliamos a escala, ou seja, se incluímos outros lugares na observação vemos que ela se apresenta muito heterogênea. Portanto, se a cada recorte do espaço que realizamos implica em privilegiar uma determinada concepção, então o recorte deve respeitar aquilo que queremos destacar na realidade. Seja lá qual for o recorte que façamos, ele vai estabelecer uma determinada concepção de mundo. Essa concepção, inevitavelmente vai privilegiar um dos aspectos do fenômeno que estivermos estudando.

O texto sobre as Origens do Pensamento Geográfico no Brasil procura revelar a importância do pensamento geográfico em um país com as características do nosso: grandes dimensões territoriais, população mestiça e clima tropical. A questão principal do texto é mostrar como esse tipo de pensamento sempre se debruçou sobre o potencial e os limites da natureza física, social e política do país diante das ideias de progresso. O texto se baseia em três pontos básicos do pensamento geográfico do período. Em relação à questão da população, o texto mostra que o pensamento social brasileiro historicamente adotou como solução a imigração européia. Tratava-se, evidentemente, de um projeto de branqueamento da população. Quanto à questão do território, o texto revela que a solução seria modernizá-lo, seja através da expansão das vias de comunicação, estradas de ferro, navegação de cabotagem e melhorias na comunicação, seja pelo crescimento urbano. Quanto ao clima tropical, havia duas teses opostas: em uma delas, a população miscigenada era a garantia de um controle eficaz da natureza tropical, justamente porque essa população estaria mais adaptada aos trópicos. Outra, contrastava uma natureza generosa com uma população heterogênea incapaz de se auto-organizar e de gerir o território de forma racional.



A questão principal do texto é mostrar como esse tipo de pensamento sempre se debruçou sobre o potencial e os limites da natureza física, social e política do país diante das ideias de progresso. Disponível em: educacional.com.br

O texto também vai discutir o dilema vivido pelos intelectuais brasileiros do período: fundar uma identidade nacional e modernizar o país. No entanto, o problema que se colocava era não era tão simples: como fundar uma identidade nacional no mesmo patamar de países europeus se a população do país era mestiça? Como criar uma sociedade moderna se o clima era tropical?

O texto mostra que as respostas para essas questões foram buscadas em teses que circulavam na Europa e nos EUA no período. Sendo assim, a questão das raças no Brasil serviu para explicar as diferenças sociais e regionais internas do país. A ideia de progresso serviu para explicar o "atraso" brasileiro atribuindo à colonização portuguesa as causas desse atraso. A teoria racial vai debater a superioridade dos imigrantes europeus frente ao trabalhador nacional. Procurava-se avaliar as vantagens e as desvantagens da ação do clima tropical sobre o povo ou, ao contrário, se defendia a ideia de que o meio tropical poderia ser superado pelo aprimoramento das qualidades da população.

O texto vai se debruçar sobre as tentativas de explicar as desigualdades regionais associadas às questões raciais. Tal fato seria determinante nas políticas



de imigração no Brasil pois, determinou quais seriam as áreas mais propensas ou com maiores obstáculos ao progresso. O texto vai destacar e analisar estes trabalhos e mostrar que neles encontramos não apenas a ideia de organicidade do território, mas também a crítica da ausência de uma população branca capaz de, através de sua capacidade de trabalho e conhecimento técnico, participar de um projeto de desenvolvimento. O grande problema a resolver era não apenas a adaptação do homem branco aos trópicos, mas a adaptação dos trópicos aos projetos de civilização.

Referências

CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar Castro; CORRÊA, Roberto Lobato.(org). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

CASTRO, I.E – GOMES, P.C – CORRÊA, R.L – **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand, Brasil, 1997.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1996.

GREGORY, D., MARTIN, R., SMITH, E. (org.) **Geografia Humana - Sociedade, espaço e ciência**. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

JHONSTON, R. J. **Geografia e geógrafos**. São Paulo: Difel, 1992.

LACOSTE, Y. A Geografia in CHATELET, F. **História da Filosofia, 7, Filosofia das ciências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

LACOSTE, Yves. **Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1989.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2010.

MORAES, A. C. R. A **Gênese da Geografia Moderna**. São Paulo, Hucitec,2002

MORAES, Antonio Carlos Robert. C. Território e História no Brasil, São Paulo: **Anablume**. 2004.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Contexto, 2006

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2003.